

**ENAN  
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio



## **IMIGRANTES LGBT+ EM FLORIANÓPOLIS/SC: REDES SOCIAIS, “SAÍDA DO ARMÁRIO”, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Lucas Matias Da Silveira**  
PPGPLAN/UDESC<sup>1</sup>

**Gláucia De Oliveira Assis**  
PPGPLAN/UDESC

**Francisco Canella**  
PPGPLAN/UDESC

### **ST - 08: Movimentos sociais e construção do urbano contemporâneo**

#### **RESUMO**

A população LGBT+ enfrenta em suas localidades de origem situações de preconceito e discriminação, o que pode conduzir ao processo migratório. Os imigrantes LGBT+ não utilizam as redes sociais migratórias já tecidas, por medo da estigmatização. Assim estes procuram migrar para locais que acreditam ser *LGBTfriendly*. A partir da vivência em territorialidades *LGBTfriendly*, configuram suas redes sociais que utilizam além de integração na cidade, para “saírem do armário”. Mas esses territórios quando planejados não eram *LGBTfriendly*, a partir da vivência dessa população foram ressignificadas. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar os percursos migratórios da população gay em Florianópolis, a configuração de suas redes sociais, a vivência da população nos territórios LGBT+ e como isso está relacionado com a “saída do armário”. além de propor políticas públicas para essa população por meio dos territórios LGBT+ da cidade. Para realização desta pesquisa compreende-se que os métodos qualitativos e quantitativos são complementares.

*Palavras-chaves: homossexual; migração; redes sociais; territorialidade; saída do armário;*

---

1- Essa pesquisa foi apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

## ABSTRACT.

The LGBT+ population faces situations of prejudice and discrimination in their hometowns, which can lead to the migration process. LGBT+ immigrants do not use the already established migratory social networks, for fear of stigmatization. They seek to migrate to places that they believe to be LGBTfriendly. From living in LGBTfriendly territorialities, they set up their social networks that they use, in addition to integration in the city, to “come out”. But these territories, when planned, were not LGBTfriendly, based on the experience of this population, they were re-signified. Thus, this article aims to analyze the migratory paths of the gay population in Florianópolis, the configuration of their social networks, the experience of the population in LGBT+ territories and how this is related to “coming out”. in addition to proposing public policies for this population through the city’s LGBT+ territories. To carry out this research, it is understood that the qualitative and quantitative methods are complementary.

*Keywords: homosexual; migration; social media; territoriality; coming out;*

## RESUMEN

La población LGBT+ enfrenta situaciones de prejuicio y discriminación en sus lugares de origen, lo que puede derivar en el proceso migratorio. Los inmigrantes LGBT+ no utilizan las redes sociales migratorias ya establecidas, por miedo a la estigmatización. Por lo tanto, buscan migrar a lugares que creen que son LGBTfriendly. Desde vivir en territorios LGBTfriendly, configuran sus redes sociales que utilizan, además de la integración en la ciudad, para “salir del armario”. Pero estos territorios, cuando fueron planificados, no fueron LGBTfriendly, a partir de la experiencia de esta población, fueron resignificados. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar las rutas migratorias de la población gay en Florianópolis, la configuración de sus redes sociales, la experiencia de la población en los territorios LGBT+ y cómo esto se relaciona con “salir del armario”. además de proponer políticas públicas para esta población a través de los territorios LGBT+ de la ciudad. Para llevar a cabo esta investigación, se entiende que los métodos cualitativos y cuantitativos son complementarios.

*Palabras clave: homosexual; migración; redes sociales; territorialidad; saliendo del armario;*

## 1. INTRODUÇÃO

Constata-se que historicamente os centros urbanos são refúgios da população LGBT+, onde está população supostamente, por meio, do anonimato que as cidades propiciam, podem possuir uma vida de liberdade e satisfação sexual

(TEIXEIRA, 2015). Desta maneira, os espaços urbanos são destino da população migrante LGBTQ+, já que em seus locais de origem nem sempre há uma sociedade aberta ou redes de apoio que auxiliem no enfrentamento de fronteiras simbólicas e preconceitos existentes na sociedade local.

Bronw (2000), considera que o espaço abstrato do “armário” é constituído pela relação de poder/saber (FOUCAULT, 1980), principalmente o poder da heteronormatividade e homofobia (HALPERIN, 1995), para o autor essa relação de poder/saber com o “armário” LGBTQ+, está diretamente relacionado com espaços reais, no qual para essa pesquisa consideremos território e territorialidade<sup>2</sup> (SOUZA, 1995).

Conseqüentemente, dependendo do território que se encontra o “armário” é plausível que a “saída do armário”, ocorra mais facilmente. Bronw (2000) argumenta que frequentemente como o “armário” está relacionado com espaços reais, muitas vezes o processo de “saída” envolve a migração de lugar, pois as “terras natais” de lésbicas e gays, muitas vezes são locais prejudiciais para viverem, muitos são obrigados a migrar para estarem ‘fora’, havendo um processo de identificação (HALL, 2019).

O “armário” seria um espaço no qual LGBTQ+ são privados, dos seus desejos, de sua identidade sexual, pelo poder de um grupo dominante (LAZARINI, 2013), a heteronormatividade, a partir disto da constrói-se um dispositivo que regulariza a vida da população LGBTQ+ (SEDGWICK, 2007).

Desta forma, o “armário” é uma particularidade fundamental da vida social das opressões sofridas pela população LGBTQ+, das quais, por mais que os sujeitos sejam corajosos e sinceros, prósperos pelo apoio de sua comunidade, o “armário” sempre acompanhará na vida dessa população. A cada nova relação, uma nova turma, um novo chefe, um novo colega, é difícil prever como será a interação, assim a todo o momento há uma relação entre o “armário” e a pessoa. Pois, este, não sabe como a nova relação comportará sobre o assunto.

Portanto, alguns LGBTQ+ buscam na migração geográfica uma possibilidade de “sair do armário”, pois nesse novo local além de viverem anonimato, é possível encontrar uma rede sociais de apoio para enfrentar as fronteiras simbólicas que o “armário” possui. Pode-se supor que a “saída do armário” faz parte do processo de identificação. Todos nós (re)construímos nossa identidade a todo momento, para está pesquisa tratamos o sujeito como Sujeito pós moderno, que para Hall (2019):

[...]conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (p. 11-12).

Portanto para Hall (2019) o termo identidade está incorreto, pois como está sempre em processo, nunca está acabada, conseqüentemente deve-se utilizar o termo identificação.

A identificação é constituída pelas relações sociais, espaço-tempo e representações<sup>3</sup> (HALL, 2019). Analisar-se-á os possíveis contextos que os sujeitos da pesquisa passam pelo processo de identificação, serão baseados respectivamente pelas redes sociais migratórias (autor), o circuito da subcultura LGBTQ+ (VIEIRA, 2010, 2011b, 2011c) e a imaginação para migração (VIEIRA, 2011c, ANDRADE, 2019) (representações). Não se pode negligenciar que os três aspectos trabalhados por Hall, estão constantemente ligados, cada aspecto

não atua isolado no sujeito, todos estão relacionados a todo momento, mas para melhor compreensão far-se-á uma análise de cada abordagem individual.

As redes sociais migratórias (autor), apontam para importância das relações de solidariedade que os migrantes constroem entre a sociedade de origem e de destino. As relações de rede mais significativas são de parentesco, amizade e origem comum, também deve ser considerado as redes sociais tecidas por meio dos locais e espaços que estes migrantes frequentam, como escolas, faculdades, bares, ruas, entre outras. Verifica-se que as redes sociais são a primeira perceptiva do imigrante do novo local, facilitando sua instalação, acolhimento, interação, construção de sentimento de pertencimento. As redes sociais migratórias são as primeiras relações sociais que o migrante constrói no local de destino.

Andrade (2019) constata que os imigrantes refugiados LGBTQ+ não podem utilizar as mesmas redes que os imigrantes não LGBTQ+ utilizam, pois os migrantes LGBTQ+, muitas vezes, possuem receio de usar essas redes pela estigmatização que pode ocorrer. Portanto, os migrantes LGBTQ+ eles devem tecer suas redes sociais no local de destino, por meio da sociabilização e vivência nos territórios existentes.

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico, elas possuem seu lugar específico, familiar, delimitado, além do tempo que liga o passado e o presente, conectando os indivíduos a eventos históricos (HALL, 2019). Assim contextualiza o conceito *territorialidades LGBTQ+* no espaço urbano, no qual são espaços sociais que fazem parte da subcultura LGBTQ+ do município em questão.

Esses territórios LGBTQ+ são locais onde podem vivenciar toda sua sexualidade e gênero, normalmente são “espaços de lazer comunitários [que] ganham uma importância fundamental nas espacialidades gays e lésbicas pela importância que o movimento físico, comunicação e inter-relação no cotidiano tem na construção dos modelos de vivência urbana desta população” (VIEIRA, 2011b, p.11) e na construção de uma identificação gay.

Para compreender a formação desses territórios, Souza (1995, p.78) conceitua território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Assim o limite do território sempre é fluído, limitado pelo poder que o circunscreve. O autor ainda afirma que pela geografia crítica, o território pode ser considerado um campo de força ou redes de relação sociais, com uma complexidade interna própria, definindo o limite entre os participantes dessa comunidade e os de fora, criando assim uma territorialidade, no território.

Diferente de sociedades anglo-europeias, que bairros ou guetos LGBTQ+ são bem definidos (PARKER, 2002), os territórios LGBTQ+, no Brasil, não possuem uma predefinição, dificilmente encontramos um local que quando inaugurado é pensado para público LGBTQ+, os espaços se tornam *LGBTQ+friendly*, pois os LGBTQ+ começam a vivenciar e frequentá-los.

Constata-se que a população LGBTQ+ ressignifica os espaços, por meio da performatividade do grupo, ela constrói territórios, territorialidades “*LGBTQfriendly*” (VIEIRA, 2010; BROWN, 2000; SOUZA, 1995;)

Para a teoria Queer, o espaço da performance é naturalizado em um público receptivo ou um palco de metáfora, tornando-o abstrato. Consideramos a teoria de Brown (2000), na qual o palco não está desconectado da peça, os processos

sociais sempre ocorrem em algum lugar, assim em um espaço, então, para o autor, as performatividades só ocorrem porque já ocorreram em outro espaço.

Assim, a performatividade de gênero e sexualidade dos corpos transgressivos mostra a própria construção social de gênero e sexualidade enquanto política, como meio de resistência (BRONW, 2000). No caso de a cantora Pablo Vittar (uma dragqueen) fazer um show, esse ato pode romper o poder daquele espaço, transgride o espaço, transformando-o em pedaço *LGBTfriendly*.

Portanto, repetidamente os locais eles se tornam *LGBTfriendly*, por meio da performatividade de grupos LGBTQ+, assim constroem seus territórios, tornando-se espaços seguros onde se possa encontrar outros LGBTQ+, vivenciar e experimentar toda sua sexualidade e gênero. Locais de resistência discursiva (MENESES, 2000), em que o debate sobre homossexualidade, corpo, gênero, sexualidade se torna algo positivo.

A partir dessa constituição de territórios, a própria população LGBTQ+ constroem laços, redes, criando uma territorialidade, entre o grupo, claro que dentro da população LGBTQ+ há muito mais sub-territorialidades, pelas suas diversas identificações, mas a própria população LGBTQ+ percebe quando possui um estranho dentro do território, um de fora do grupo, um divergente, normalmente um/uma hétero(a), que as relações de poder vão entrar em jogo, dependendo da relação de poder que este estranho possa ter ele pode ser aceito no território ou não.

Sendo aceito dentro do pedaço, a rede social deste sujeito será cada vez mais ampliada. Como demonstrado anteriormente, por Hall (2019), por meio da rede social, é possível que este estranho altere sua identificação, portanto, se ele estiver no “armário” possivelmente por meio destes territórios que ele constitua uma rede de apoio que ajude a enfrentar a barreira simbólicas do “armário”.

Outro conceito importante para a pesquisa é a imaginação para migração, considera-se como um processo cultural global é um componente-chave na modernidade, pois, é por meio da imaginação de outro local, construída pelas grandes mídias (televisão, internet, as redes sociais virtuais como facebook, instagram), mais pessoas em diversas partes do globo consideram traçar uma nova vida em outro local. A imaginação de um outro lugar, o querer se deslocar, está numa proporção maior que antigamente, assim cogita-se a emigração, onde a pouco tempo não existia essa possibilidade. (ANDRADE, 2019).

A imaginação para migração está associada à migração por estilo de vida. Robins (2022) define esses migrantes como aqueles que migram em busca de uma melhor qualidade de vida. Não necessariamente essa qualidade de vida esta relacionada a uma questão econômica, mas sim a um conjunto de práticas sociais adotadas pelo migrante em um processo de identificação. Logo, não se trata migração somente em benefícios materiais, mas também imateriais de “qualidade de vida”, que estão conectados com a identificação do migrante. No caso dos migrantes desta pesquisa, um local mais *LGBTfriendly*, onde se possa performar toda sexualidade e gênero, sem estigmatização.

A partir do arcabouço teórico apresentado, esse artigo objetiva analisar os percursos migratórios da população gay em Florianópolis, a configuração de suas redes sociais, a vivência da população nos territórios LGBTQ+ e como isso está relacionado com a “saída do armário”. além de propor políticas públicas para essa população por meio dos territórios LGBTQ+ da cidade.

O universo da pesquisa refere-se ao município de Florianópolis-SC. Pois acredita-se que seja um local de imigrantes LGBT+. Segundo censo de 2010 do IBGE, 15% da população do município em questão é constituída de imigrantes<sup>4</sup>, muito maior que as outras capitais do sul do país, Porto Alegre (5,85%) e Curitiba (7,19%). Da mesma maneira, este índice é significativamente superior a outros grandes centros urbanos do Brasil, como São Paulo (4,2%), Rio de Janeiro (3,2%) e Brasília (7,95%). Desta forma, é evidente que Florianópolis é um centro urbano cuja participação de imigrantes é de grande relevância se comparada com outras capitais do Brasil, possuindo um dos maiores percentuais de pessoas que residem na cidade, mas nela não nasceram atualmente.

Agregado a esse dado, o censo do IBGE de 2010, também apresenta que Florianópolis é o município que mais possui casais que residem junto com cônjuge do mesmo sexo: 0,11%, maior que outras capitais, como Porto Alegre (0,10%), Rio de Janeiro (0,09%) e até São Paulo (0,067%), Além dos dados contemplarem apenas os casais que moram sob o mesmo teto, há a questão da subdeclaração, movimentos LGBT+ defendem que o número seja muito maior, visto que muitas pessoas da comunidade sintam medo ou vergonha de se expor para a pesquisa. Desta forma, pode-se supor que muitos imigrantes de Florianópolis residam com cônjuge do mesmo sexo, que podem buscar no município um local onde possam (re)construir sua identidade.

A pesquisa baseia-se na abordagem quantitativa-qualitativa são complementares (MINAYO, 2001). A pesquisa realizada em 2021 e 2022 utilizou a técnica de formulário, distribuídas pelas redes sociais de instituições de apoio LGBT e de redes sociais do pesquisador, obteve 63 respostas, fazendo um levantamento com uma amostra intencional de imigrantes LGBT+, a pesquisa foca em migrantes gays, mas para ter uma análise mais abrangente em relação a essa população, esta parte da pesquisa abarca todas a diversidade de gênero e sexualidade.

A pesquisa também utilizou a técnica de entrevista semi-estruturada na perspectiva de história de vida (BONI e QUARESMA, 2005), com 3 migrantes gays que se dispuseram a participar da pesquisa.

O artigo está dividido em 4 partes, a primeira parte analisa-se a representação de Florianópolis como cidade LGBT+friendly, caracterizando o município de Florianópolis se constitui como um lugar destino LGBT+, como a imagem de cidade *gayfriendly* foi construída pelo marketing da cidade, sendo um dos principais municípios, que a população em questão busca como lazer, muitas vezes chamada de capital LGBT+ do Brasil, além de analisar as políticas públicas que foram desenvolvidas para a população LGBT.

Na segunda parte apresenta-se os principais resultados do formulário e entrevista, a fim de identificar os motivos migratórios da população gay e o porquê da escolha de Florianópolis. Caracterizar o perfil dos imigrantes gay de Florianópolis e identificar como se deu a construção das redes sociais para o processo migratório da população gay, imigrante de Florianópolis.

Na última parte analisa-se como ocorreu a “saída do armário”. Identificando qual foi papel das redes sociais migratórias, pedaços e representações no processo de saída do armário dos imigrantes Gays de Florianópolis, se por meio das redes sociais a processo de identificação sexual ocorreu mais facilmente ou não. Por fim propõem-se como as políticas públicas de planejamento podem fomentar espaços de relacionamento para tecerem novas redes sociais, que além de

auxiliar o processo de migração e de proteção para essa população, podem auxiliar o processo de identificação.

## 2. FLORIPA SE CONSTITUINDO DE DESTINO TURISMO LGBT+

Uma pesquisa rápida em sites de busca sobre destinos LGBT+ no Brasil trazem Florianópolis como um dos locais mais propícios para a população LGBT+<sup>5</sup>, isto tanto em sites nacionais quanto internacionais. Analisando o histórico da cidade vê-se que está imagem de cidade *gayfriendly* foi construída pela mídia e pelos setores do turismo, principalmente para trazer novos investimentos para cidade e trazer novos turistas para cidade. Comprova-se este interesse, pois turistas LGBT+ gastam 30% mais que heterossexuais (NEVES, BRAMBATTI, 2019).

Florianópolis têm uma localização geograficamente estratégica, uma ilha, rodeadas de praias, com alto desenvolvimento tecnológico, localizada no centro da região mais rica do Brasil, RS/SC/PR/SP, muito próximos também, com facilidade de acesso tanta via terrestre, marítima ou aérea, de países da América do Sul, como Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai. A cidade foca toda sua estrutura em turismo, principalmente na alta temporada de verão, dezembro, janeiro e fevereiro, quando sua população mais que duplica. Além de possuir um IDH (índice de desenvolvimento humano) de 0.854 em 2010, sendo 3° município mais bem colocado no Brasil<sup>6</sup>, só por estes aspectos Florianópolis um grande destino a turistas tanto nacionais quanto internacionais.

A partir dos trabalhos de Queiroz (2014), Lazarini e Rial (2010), autor, far-se-á uma análise de que modo a imagem de Florianópolis como capital LGBT+ do Brasil foi construída a partir da mídia e pelo setor do turismo, a fim de fortalecer o turismo no município em outras épocas além do verão.

Em 1999, ano da primeira parada Gay da cidade, mesmo reunindo poucas pessoas, o objetivo foi alcançando trazendo visibilidade e os primeiros passos para uma visibilidade do movimento na cidade. Por meio de colunas nos jornais, e principalmente do grande Carnaval ocorrido no ano se 2000 no Bar Roma, local de encontro LGBT+ da época, foi-se percebido o ibope e a importância econômica que está população tem dentro da cidade. Em 2002 ocorre a Rainha Gay, atualmente conhecido como Pop Gay, na época uma das únicas festas durante o carnaval do Brasil, incentivado pela prefeitura da cidade destinada a população LGTB+, em 2003 a mesma reuniu mais de 10 mil pessoas, em 2020 na sua 27° edição, a festa reuniu mais de 30 mil pessoas<sup>7</sup>.

Com o aumento de turismo, dos hospedes, boas gorjetas, casas noturnas com público o ano inteiro, Florianópolis tornou-se de fato um novo polo de turismo LGBT+, em 2005 cria-se AEGLBTS/SC (Associação dos Empreendedores Gay, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e simpatizantes de Santa Catarina), mas esse sucesso silenciava a militância, os movimentos sociais tinham pouca voz dentro da associação. A parada da diversidade que estava sendo organizada, pela AEGLBT/SC com apoio do ex-vereador Tiago Silva, não passava de interesse econômico e pouco interesse social.

Após muito debate, no dia 09 de julho de 2006, ocorre a Parada da Diversidade, reunindo cerca de 30 mil pessoas na Avenida Beira Mar Norte, no dia 10 de julho as reportagens especiais: *Parada da Diversidade – Florianópolis, a capital gay do Brasil*. As notícias enunciavam o grande clima festivo investido por meio da AEGLBTS, custeando sem nenhuma contribuição pública e os militantes do

movimento LGBT de Florianópolis, sendo silenciados e esquecidos, não foram citados que movimentos ou militantes participaram.

A parada da diversidade continuou na principal avenida do município, a Avenida Beira Mar Norte até 2013, sendo considerada a segunda maior parada da diversidade do Brasil, reunindo, segundo os organizadores mais de 100 mil pessoas. Em 2015 a parada foi realocada para a Beira Mar continental, 30 mil pessoas segundo os organizadores<sup>8</sup>, participaram, em 2019 a última parada que antes da pandemia do COVID-19, a prefeitura não apoiou a parada, o único apoio foi ceder a Avenida Beira Mar continental e a guarda municipal para segurança e organização do trânsito em torno do evento, sendo totalmente realizada e organizada pelos movimentos sociais e a empreendedores ligados a causa, a última edição em 2019, a parada segundo a polícia militar reuniu em torno de 10 mil pessoas<sup>9</sup>.

Retornando para o ano de 2008, a cidade recebeu eventos importantes, tanto nacionais quanto internacionais, com a temática de gênero e sexualidade, em 2008 o II Fórum de Turismo GLS, da ABRAT-GLS; em 2009 o VI Fórum Internacional de Turismo GLS, da ABRAT – GLS e IGLTA – Internation Gay & Lesbian Travel Association; 2012 – Convenção Anual da IGTA, maior evento LGBT+ do mundo, realizado com apoio do Ministério do Turismo e da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, em 2013, Florianópolis foi citada pela revista americana Forbes como destino gay mais popular entre brasileiros e estrangeiros<sup>10</sup>.

A partir de 2009, a associação começou a se esvaziar e enfraquecer, atualmente a AEGLBTS/SC não está mais em prática na cidade (QUEIROZ, 2014; LANZARINI, RIAL, 2010; FERREIRA, 2013). Percebe-se que a AEGLBTS/SC só ocorria principalmente por questões políticas e econômicas, sobretudo pela iniciativa do Tiago Silva (PDT) que, em 2012, candidatou-se a vereador e foi o candidato com mais votos, sendo o primeiro gay assumido vereador na cidade, depois disso a organização da Associação de Empreendedores não existia mais. Tiago não teve um mandato significativo para população LGBT+, em 2016 ele se reeleger por outro partido (PMDB), mas dessa vez sendo o candidato que recebeu menos votos. Neste segundo mandato, foram aprovadas duas leis em defesa LGBT+ na câmara municipal. Em 2019, ele renuncia para assumir a direção do Procon estadual. Além do Tiago Silva, outras vereadoras assumidas LGBT+ eleitas em Florianópolis são Carla Ayres (PT), lésbica e Marina Caixeta (PSOL), co-vereadora do “Coletivo Bem Viver”, bissexual, ambas eleitas na eleição de 2020.

Percebe-se que, por meio do turismo e muita luta das organizações de apoio aos LGBT+ da cidade, o município se destacou no cenário LGBT+ nacional e internacional. Contudo, em relação a políticas públicas para população, pouca coisa foi realizada. Por meio de uma pesquisa das palavras-chaves “identidade de gênero”, “orientação sexual” e “LGBT” no site “Leis Municipais”<sup>11</sup>, verifica-se poucas leis que consideram essa população, percebem-se muito mais convocatórias para o conselho municipal, conferências e aprovação do plano municipal.

As únicas leis a favor da comunidade LGBT+, atualmente, em Florianópolis, foram as leis 10.187/2017, para discriminações de origem LGBTfobia, e a lei 10.186/2017, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito do município de Florianópolis.



A partir de 2012, possui uma iniciativa de realizar o I Plano Municipal De Políticas E Direitos Humanos De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Transgêneros – LGBT. O conselho tem papel importante na luta e militância LGBT+ na cidade voltado para ações políticas, de cidadania, saúde e direitos da população LGBT+ da Grande Florianópolis. No primeiro conselho, houve diversas atividades desenvolvidas, tanto manifestações nas ruas pela causa LGBT+, como debate no âmbito público, dentro de universidades ou trazendo pautas para o prefeito, quanto o desenvolvimento do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais -LGBT<sup>12</sup>. Já no segundo conselho, eleito em 2019, não foi possível encontrar as atividades diretas que eles desenvolveram. Mas, em 2020, foi formada a Setorial de Cultura LGBT+, na qual proporciona a implementação de políticas públicas para o segmento na cultura.

Conclui-se que as primeiras políticas públicas para população LGBT+ foram muitas vezes palco para campanhas políticas, econômicas e turísticas da cidade, que beneficiaram poucas pessoas, principalmente grandes empreendedores e políticos da região, enquanto a população LGBT+ em geral recebeu pouco auxílio e proveito dessas políticas. Constata-se que o I plano de políticas públicas municipais LGBT+ foi pouco executado por parte da prefeitura, além da demora de mais três anos para aprovação do II Plano, isso demonstra que a prefeitura municipal possui pouca iniciativa para esta população, deduzindo que, liberar a parada da diversidade ou os carnavais de rua já é o suficiente para estes sujeitos, presumindo que “LGBT+ é só bagunça”.

A partir do exposto, percebe-se que Florianópolis foi construindo tanto eventos e locais para LGBT+, e uma imagem como cidade *gayfriendly*. Atualmente a cidade conta com diversos empreendimentos que consideram LGBT+ como seu principal público, formando um circuito da subcultura LGBT+ no município, observa-se nas Figuras 1 e 2 Circuito da Subcultura LGBT+, centro e zona leste, baladas ou casas noturnas: 1007, Jivago, Blues Velvet, Concorde Club, Bar do Deca; bares como: Madalena Bar, Bodega La Kahlo, Bar do Jonas.

Figura 1: Circuito da SubCultura LGBT+ (Centro)

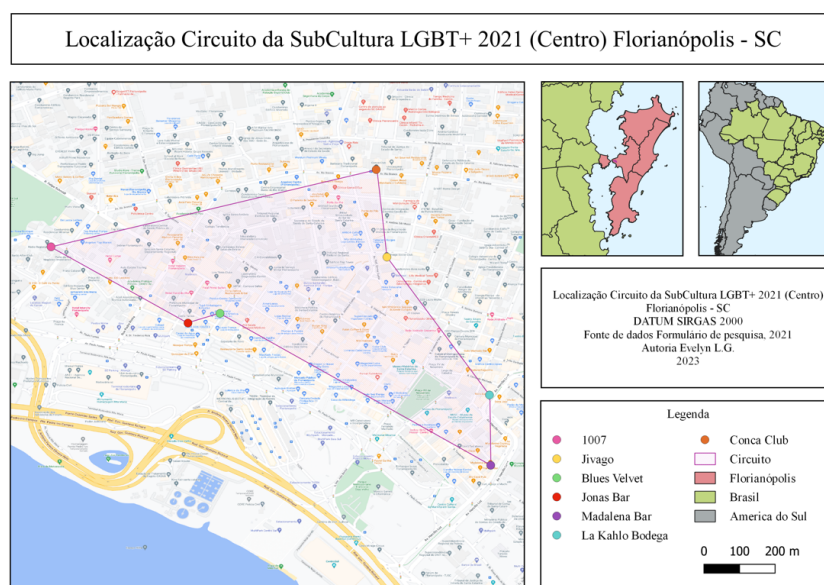
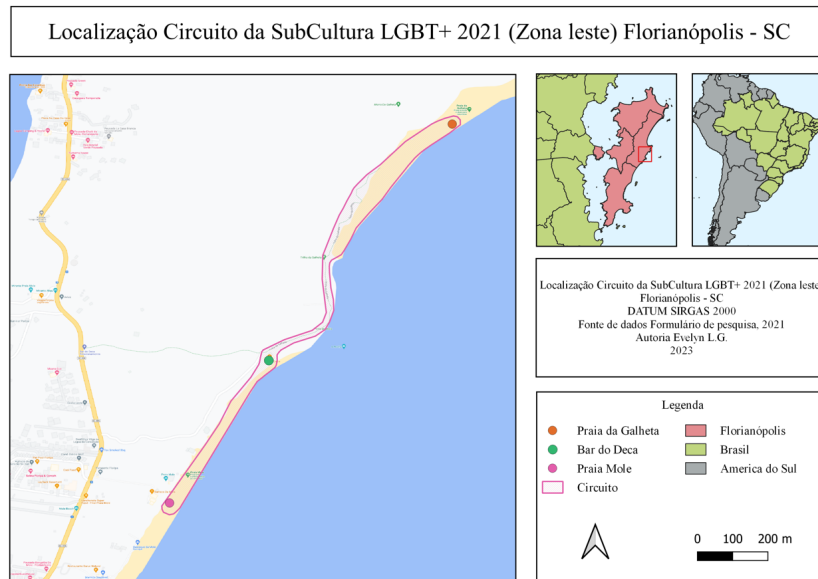


Figura 2: Circuito da SubCultura LGBT+ (Zona Leste)



Não se pode desconsiderar que Florianópolis possui uma universidade federal, a Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, e uma estadual Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no qual, além de serem espaços que a população LGBT+ convive, traz todo apoio científico para o debate levantado na sociedade, além de que a UFSC possui o maior evento de gênero da América Latina o Fazendo Gênero, que em 2021 aconteceu sua 12<sup>o</sup> edição.

Constata-se que Florianópolis é um destino de turismo LGBT+, claro que com ressalvas, Florianópolis pode ser sim uma cidade *gayfriendly*, no qual os movimentos sociais aos poucos estão sendo considerados, mas há muito caminho a percorrer. Pois casos de homofobias<sup>13</sup> são diários, todos locais citados anteriormente sofrem agressões de moradores provincianos que querem manter a cidade “tradicional”. Consta-se que mesmo Florianópolis divulgando que é uma capital *gayfriendly* ocorre muita violência contra a comunidade LGBT+ no município.

### 3. IDENTIFICANDO OS MIGRANTES LGBT+ E SUAS REDES SOCIAIS

Segundo o formulário de pesquisa, o perfil dos participantes do formulário é de grande maioria homens, cis, gays, brancos, classe média, jovens entre 26 e 35 anos, de origem principalmente da região Sul e Sudeste, que migraram para a cidade em busca de estudo, trabalho e/ou melhor condição de vida. No qual, muitos já possuíam uma rede social já tecida, mas destes, grande parte ainda estavam no “armário”.

O que pode ser questionado a pesquisas futuras. Se há também um grande movimento migratório de mulheres não heterossexuais para Florianópolis? Segundo o IBGE (2010), a quantidade de imigrantes mulheres e homens é praticamente a mesma, 31.659 para sexo masculino e 31.556 para sexo feminino, mas segundo o formulário, muitos mais homens gays responderam.

Desta maneira pode-se supor, poucas mulheres tiveram acesso ao formulário, mesmo ele sendo divulgado nas redes sociais de instituições de defesa Lésbico

e LGBT+. Supõem-se que as redes sociais, tanto a do pesquisador, quanto das instituições não conseguem alcançar a maior parte das mulheres. Isso também pressupõem ao direito das mulheres dentro da cidade, em especial aqui o direito das mulheres lésbicas e bissexuais, muitas autoras<sup>14</sup> destacam essa invisibilidade das mulheres dentro da cidade, no qual, não podem vivenciar a cidade com dignidade e liberdade. Essa invisibilidade e falta de acesso tanto a cidade, quanto dados de mulheres lésbicas, bissexuais, trans, entre outras dificulta o acesso e o fomento de políticas públicas para elas.

Em relação a idade, pode-se supor que não houve grande número de pessoas entre 18 e 25 pois estamos a dois anos de isolamento por causa da pandemia da COVID-19, no qual jovens que estavam programando se mudar por conta da faculdade ou trabalho adiaram sua migração, pois as principais faculdades UFSC e UDESC, trabalharam nesse período remotamente, além da dificuldade de encontrar trabalho no setor de serviços.

Sobre a cor autodeclarada, pode-se observar, a maioria se auto identificou como branco, mesmo que a população negra da cidade representa 10% de toda população. A indagação sobre a pouca participação das mulheres, pode ser feita para população negra, será que essas instituições estão alcançando em suas redes essa população, em especial a população LGBT+ negra. Veiga (2018), aponta que os movimentos LGBT, ainda são atravessados pela supremacia branca e pelo racismo dela derivado, logo a população LGBT possuem uma sensação de não lugar dentro do movimento.

Outro fator possível da baixa participação de homossexuais negros na pesquisa é a negação, camuflagem ou ainda estão o “armário”. Veiga (2018) aponta que a heterossexualidade compulsória das sociedades ocidentais, nega a afetividade, produz uma negação ou camuflagem da homossexualidade especialmente de garotos negros. Ocasionalmente um impasse: negar a sexualidade ou aderir a masculinidade heteronormativa, correndo o risco de não ser aceito em seu próprio espaço familiar de pertencimento e o risco de sobreviver. No Brasil expectativa de vida dos negros é seis anos a menos do que a dos brancos, onde a cada 23 minutos se mata um jovem negro, soma-se o fato de a cada 28 horas uma pessoa LGBT é assassinada no país. Esses dados, ao se cruzarem sobre o corpo do homossexual negro, fazem dele um alvo permanente da violência do racismo e da homofobia.

Alves e Baeninger (2008), corroboram com a reflexão, sobre a migração jovem destacando que esse fluxo populacional etário jovem, no qual busca uma nova oportunidade tanto de trabalho e estudo, representam uma conjuntura para a região alcançar um maior nível de desenvolvimento, devido à rápida redução em dependência etária. Contudo, os autores destacam que Florianópolis nunca esteve atrelado ao setor industrial, a renda da cidade sempre foi voltada ao setor de serviços. Constata-se a mudança desse perfil da cidade, com o incremento de indústrias de pequeno porte e principalmente o desenvolvimento da indústria de tecnologia, como startups, informática e automação industrial, relacionado especialmente com a presença da UFSC, o que também, auxiliou a elevar Florianópolis ao nível de cidade para metrópole (REGIC, 2018).

A questão de busca de trabalho e melhor condição de vida está relacionada com a migração por estilo de vida. Robins (2022) desenvolve que essa migração por estilo de vida está caracterizada por uma ideologia individualista, proporcionada pela liberdade individual, muitas vezes em busca por autorrealização, por fuga e liberdade de problemas anteriores. Associado a liberdade está a experiência do

anonimato e mobilidade. Anonimato em relação a olhares conhecidos, da vigilância da família, o que possibilita novas afetividades. Mobilidade, não só física de movimento, mas também de identificação, “ser quem é”.

Como demonstrado na fala dos Entrevistado 1, que queriam sair de suas cidades para ser quem eles eram, sair da vigilância constante da família ter liberdade.

Eu queria ter uma experiência nova de vida, cultural, era uma ideia minha, e também sair um pouco do ciclo familiares, ter um pouco mais de liberdade da minha vida pessoal. (ENTREVISTADO 1, entrevista realizada dia 21 de fevereiro de 2022)

Essa liberdade social, é encontrada principalmente em ambientes urbano, pois nas pequenas cidades a vigilância dos corpos é maior, o que possibilita uma liberdade sexual. Essa perspectiva de liberdade sexual na vida urbana é um aspecto que muitas vezes está por traz da migração homossexual, a vigilância e as repreensões sociais da família, de pequenas cidades faz com que a mudança de local seja uma válvula de escape (PARKER, 2002; TEIXEIRA, 2015).

A partir do trabalho remunerado, conquista-se a independência financeira e controle sobre seus corpos, libertando dos laços familiares comuns aos grupos comunitários rurais, além também do distanciamento da vigilância. Assim, na cidade as pessoas que desejariam corpos do mesmo sexo encontrariam: anonimato, mobilidade de diferentes corpos, indiferença mútua, estranheza, proteção, facilitando o contato sexual, principalmente com corpos do mesmo sexo (TEIXEIRA, 2015).

Florianópolis por possuir essa representação LGBTfriendly, é uma cidade que os migrantes LGBT+ buscam essa liberdade sexual. Isto pode ser observado, nas respostas dos formulários, qual foi o motivo da migração:

Melhor condição de vida, sempre tive vontade de viver em Florianópolis, pelas praias e também por pesquisas que asseguravam a cidade como segura aos LGBTQIA+; Espaço para crescimento pessoal e mais respeito em relação as condições de gênero e sexualidade; Viver minha plenitude gay. (FORMULÁRIO DE PESQUISA, 2021)

Como demonstrado anteriormente as questões econômicas ou acadêmicas muitas vezes é considerada primordial, mas mesmo que não concretizado, a migração por estilo de vida compensa a vinda. Um estilo de vida que as pessoas projetaram e imaginaram para cidade, um espaço seguro e acolhedor para LGBT+. Imagem criada pelas representações da grande mídia, demonstrados no tópico anterior.

Na questão de redes sociais migratórias, segundo o formulário pode-se observar que grande parte já possuía algum conhecido que moravam na cidade, principalmente amigos e familiares. Mas é interessante destacar que 25 pessoas de 63, não possuíam uma rede social, que lhe ajudaram a se instalar na cidade. Além de que muitos destes que possuíam rede social ainda estavam no “armário”.

Portanto, os migrantes LGBT+ eles devem tecer suas redes sociais no local de destino, por meio da sociabilização e vivência em pedaços, aqueles LGBT+ que possuem redes sociais, frequentemente ainda estão no “armário”, por meio da vivência nestes espaços podem utilizar essas redes para modificar sua identificação.

#### 4. SAÍDA DO ARMÁRIO

Muito ainda se comenta que a sexualidade é algo inato, algo que já nascemos pronto, mas a sexualidade é aprendida, é construída ao longo de nossas vidas, muito mais do que só uma questão pessoal a sexualidade é uma questão social e política. A sexualidade abrange rituais, linguagens, fantasias, representações, relações pessoais, relações de poder.

As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

Como apresenta a Louro, Hall (2019) corrobora que identificação não é algo fixo, alteramos ela de acordo com os sistemas culturais que nos rodeiam, constituída por meio do percurso entre o nascimento e a morte. Ela é produzida pelas experiências que passamos, nas relações que temos e “(re)ações” dos acontecimentos, é o resultado das trocas com semelhantes que transportam a sua influência. A identificação é constituída e modificada pelas relações sociais, espaço-tempo e representações<sup>15</sup>. Assim, o processo de identificação e sexualidade estão associados, logo, todo processo de identificação também influencia as identificações sociais neste caso sexualidade e gênero.

Para o processo de identificação, o migrante interage no primeiro momento com a representação da cidade, que frequentemente são tomadas como realidade, dado que esta é produzida por grupos sociais dominantes. Por meio dessa representação, propõem-se a migração por estilo de vida, no qual, por meio da imaginação criada pelas representações, projeta-se um novo estilo de vida, com maior liberdade, sem que sofram estigmatizações.

O segundo ponto é o espaço-tempo, segundo dados apresentados os migrantes vivenciam a cidade e constroem territorialidades. Mas estes espaços não são vivenciados apenas pelos migrantes, mas são atravessados e adaptados por outras influências sociais bastantes diferentes, que são encontrados tanto nas outras identidades que frequentam o local, quanto em outras formas de representação no local, assim somos relacionados a diferentes identificações, que não somente induzem o espaço, mas também possibilitam uma escolha de identidade que nos identificamos entre as pessoas que estão em volta. Como os territórios LGBT+, aquele local é tanto alterado ressignificado pelas pessoas que frequentam, mas também interfere na identificação de cada sujeito.

O último fator de alteração da identificação são as relações sociais, como vivemos numa sociedade globalizada, os sujeitos são atravessados pelas formas de interconexão social cobrem todo globo, alterando algumas características da identificação das pessoas, assim as relações sociais não estão limitadas somente naquele espaço que vive-se mas também nas conexões que a globalização proporciona. Para homens gays as relações sociais estão associadas principalmente com as amizades, pois possui uma relevância na vida social, muitos consideram sua própria família, os amigos são fonte de afeto e de apoio a sociedade heteronormativa, no qual para os homossexuais é visto como o ‘outro eu’ (VIEIRA,2010).

Assim cada fator está relacionado com o outro, as representações são resultado das relações sociais, que transforma o espaço e tempo, que no caso modifica também as relações sociais. Como Hall (2019) define, a todo o momento nossa

identificação está sendo alterada, por todos os fatores descritos e um influencia outro.

Para presente pesquisa, a fundamentação sobre a identificação pode ser exemplificada pelas falas dos entrevistados:

é como você falou é um processo, acho que foi aos poucos assim esse meu entendimento, acho que todos nos carregamos esses preconceitos que existem na sociedade, e ai eu fiz a transição de escola particular para pública, no ensino médio, no segundo ano do ensino médio eu tinha uma turma com muita diversidade lá, de cor, de raça, de orientação sexual e isso me fez um pouco tirar alguns preconceitos e a partir dai foi um processo mesmo, me desconstruindo de várias coisas, e ai aos poucos no outro ano fui entendendo bem aos poucos assim a pessoa que eu era, como eu tinha desconstruído vários preconceitos em mim, foi um processo e foi um espaço de me aceitar na época. (entrevistado 1, entrevista realizada 21/02/2022)

O entrevistado 1 (22 anos), pela sua convivência em uma escola com diferente, com espaço, relações sociais e identificações diferentes, fez desconstruir seus preconceitos e entendendo sua sexualidade. Isso não quer dizer que ele nunca poderia ter se entendido, mas aquela convivência naquele momento de vida, antecipou um processo de identificação, que poderia viver no “armário”, por muito tempo até encontrar outras identificações que auxiliavam.

A partir da fala dos entrevistados é possível perceber que a questão da sua orientação sexual, de ser gays, muitos já tinham a percepção, comentam que sentiam algo diferente ou já sabiam que eram, mas não possuíam uma abertura para falar sobre isso, “sair do armário”, por viverem em locais que estigmatizam ou não encontraram uma rede de apoio para falar sobre, deixavam parte da sua identidade sem conhecer, dentro do “armário”, por meio da vivência em outros locais ou a vinda para Florianópolis, conhecer pessoas com identificações diferentes que estavam convivendo conseguiram se entender e compreender, transformando em uma força para enfrentar a barreira simbólica do “armário”.

## **5. Planejar espaços urbanos para diversidade sexual**

Como exposto anteriormente, o processo de identificação ocorre no território, neste caso no espaço da cidade de Florianópolis, na qual, para o migrante que chega na cidade sem uma rede social tecida, ou aquele que ainda não “saiu do armário”, pode demorar a encontrar um espaço em que se sinta acolhido, representado e seguro para fazer novas relações. Espaço esse que pode auxiliar no processo de identificação e assim enfrentar as barreiras simbólicas do “armário”.

Para isso, nesta pesquisa, sugere-se meios que os órgãos governamentais possam fomentar políticas públicas e planejar a cidade para a proteção e a sociabilização dos LGBT+, visto que esses sujeitos são uma parcela importante da população e devem ser considerados nos instrumentos normativos urbanísticos da cidade, direito assegurado na constituição:

Com a Constituição de 1988, a prática urbanística busca não apenas reconciliar o cidadão com seu espaço, mas igualmente com seu sistema de representação social e político. Ao menos em teoria, os novos instrumentos urbanísticos – normativos (plano diretor e estatuto da cidade) e operativos (projeto urbano) – se colocam como um passo importante em direção à democracia participativa onde os gestores fazem apela a todas as ferramentas

e meios para escutar os cidadãos e implicá-los diretamente nos destinos da cidade Farias (2012, p. 102).

No entanto, nada é tratado sobre este grupo social nos documentos oficiais, plano diretor. Dessa maneira, o poder público trata estas temáticas com uma norma heterossexual dominante, colocando toda diversidade sexual e de gênero em uma posição de exclusão, dentro do “armário”, pois aquilo que não é falado não existe. Isso faz com que vários LGBTQ+ tenham que disciplinar seus corpos, ações, falas para transparecer uma imagem heteronormativa, pelo medo do preconceito que pode ocorrer, performando sua sexualidade e gênero somente no espaço privado, onde se sente protegido.

Os espaços urbanos onde os homossexuais podem se mostrar são raros e pouco extensos. Eles são frequentemente confinados aos estabelecimentos gays, que simbolizam e materializam a visibilidade homossexual na cidade, permitindo a saída do armário e de validar sua identidade sexual no contato com o semelhante. Esses estabelecimentos constituem brechas frente à interpelação heterossexual, mas se trata de uma possibilidade frágil, pois são susceptíveis de uma uniformização de estilos e de modos de vida homossexual (FARIAS, 2012, p. 104)

Assim, há uma ausência ao direito à cidade para os LGBTQ+, eles não são considerados nos instrumentos normativos urbanísticos, impossibilitando a convivência ou relacionamentos nos espaços públicos da cidade.

Percebe-se que a cidade é planejada de forma homogênea (heteronormativa), levando em consideração a questão de interesses particulares e políticos e a questão comprometida com o neoliberalismo, tratando o problema urbano como um departamento, um fragmento de interesses às necessidades de mercado e especulativos, negligenciando as necessidades sociais, o que não permite o de espaços públicos diferenciais<sup>16</sup> (TAVARES, 2019).

A construção de um território “permitido” aos segmentos LGBTQ está relacionada, sobretudo, mas não exclusivamente, com a “cidade do consumo”, que se contrapõe ao direito à cidade como política de reconhecimento da diversidade humana. A necessidade do capital em acumular e se expandir criou um alicerce “favorável” ao acesso à cidade para um nicho representativo do universo LGBTQ (SILVA, SANTOS, 2015).

Logo, o urbano segrega o diferente, neste caso o LGBTQ+, deduzindo que, a partir da segregação, pode conter a reunião, o movimento, a diferença, o espaço diferencial. Contudo, à medida que se segrega, também se reúne e se concentra. “O espaço segregado também é resistência e não apenas subordinação [...] [tornando] lugares criativos de resistência e de proteção” (TAVARES, 2019, p. 90).

Tavares (2019) expõe que os locais não são neutros, mesmo se o urbanismo buscar exclusivamente a passagem, indiferença. No espaço público, surge a possibilidade de solidariedade, proteção. Diferentes identidades se organizam no tempo e no espaço por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento de diferentes gêneros, classes sociais, raças, gerações, sexualidade entre outros, criando naquele momento um espaço diferencial, o que torna a população não passiva do processo urbanístico, mas produtora.

Relacionando a Florianópolis, mesmo o planejamento urbano da cidade excluindo a população LGBTQ+ dos espaços da cidade, a população se reúne, por exemplo, no Centro Histórico, na Rua do “Madalena”. Essa segregação produz um novo espaço, um território de possibilidade, solidariedade e proteção, um território possível para tecer novas redes sociais.

Como o único espaço que a população é aceita é aquele espaço diferencial criado e apropriado, as políticas públicas de planejamento deveriam ser fomentadas a partir desses territórios, pois, em outros locais da cidade, o indivíduo vai se sentir excluído e não pertencente.

Não só a produção de um pequeno espaço pode ser considerada diferencial em relação à sexualidade. Farias (2012, p. 103) propõe três aspectos importantes a serem considerados para uma agenda que trate urbanismo, ou práticas urbanísticas, e sexualidade: “Inserção da geografia de gêneros na pauta da governança urbana; a correlação entre sexualidade e desenho urbano; e os limites e potencialidades de usos e ocupação do solo para grupos LGBTs”.

Sobre *inserção da geografia de gênero na pauta da governança urbana*, como demonstrado, as cidades são planejadas numa norma homogênea e heteronormativa, excluindo a diferença sexual dos espaços públicos, recusando que casais homossexuais demonstrem afeto publicamente. Essa exclusão de espaços públicos se dá tanto na diferenciação da sexualidade e orientação sexual, quanto, senão mais, pela classe social e raça.

Mas, por meio da performatividade, os espaços, principalmente públicos, são ressignificados, produzem significado para aquela população. No caso desta pesquisa, um beijo entre dois homens ou duas mulheres, uma DragQueen montada, um/uma trans transformam aquele espaço que foi pensado em uma norma heteronormativa e homogeneizado em um pedaço *LGBTfriendly*. Um espaço diferencial, segundo Lefebvre, um espaço que implica em novas relações estabelecidas pelo uso do espaço e suas qualidades múltiplas (BASTOS et al. 2017).

A rua é um espaço coletivo de trocas e cruzamentos, mas também um lugar de repressão, constrangimento, representa um risco de vida, podendo vir tanto da população<sup>17</sup>, ou até de formas normativas, como os casos de investida da polícia militar na população no Centro Histórico depois da meia-noite. Tavares (2015, p. 88) utiliza Lefebvre para caracterizar esse processo como “colonização do espaço urbano’ em que os sistemas de objetos se tornam símbolos e espetáculo, como carnaval e show, uma autorização caricata de apropriação e reapropriação da rua, autorizada pelo poder”.

O poder público autoriza a utilização desse espaço, para estado somente um espaço abstrato, a Beira Mar continental, para parada da diversidade ou o Centro Histórico de Florianópolis, durante um determinado tempo, adquirindo uma importância estética e ética, criando uma representação que é importante para a cidade, principalmente pela economia que gera.

No entanto, no momento que ressurge a importância daquele espaço, ou o tempo de apropriação daquele espaço, é necessário reapropriá-lo, às vezes utilizando a força, pois quanto mais o espaço é funcional, mais é dominado por agentes que o manipulam, forçando a homogeneização novamente.

O segundo aspecto de Farias (2012) é *Sexualidade e Desenho urbano*. Para o autor, a sexualidade e o urbano estão ligados, mas a sexualidade e as práticas urbanas são reciprocamente excludentes.

O autor utiliza Foucault para caracterizar que a história da sexualidade é também a história dos espaços, principalmente urbanos. A sexualidade, como demonstrado anteriormente, é formada por meio das relações sociais que ocorrem principalmente no espaço urbano. Logo, o desenho urbano possui influência na sexualidade (FARIAS, 2012).



Contudo, os projetos urbanos estão a serviço da repressão da diferença sexual, essa repressão é confrontada por meio das performances dos LGBT+. Logo, é mais importante considerar as ressignificações dos territórios e os usos ao longo do tempo. “Não é o projeto idealizado que dá a estes espaços a sua característica essencial, e sim os modos como esses são reapropriados.” (FARIAS, 2012. p. 106).

Por exemplo, o Centro Histórico de Florianópolis é um espaço que não foi idealizado para ser um espaço de convivência noturna LGBT+, fazendo parte do território LGBT+. No entanto, por meio da performance da população em questão, o espaço se transformou em um pedaço importante para sociabilização LGBT+ da cidade. Portanto, não se deve considerar aquele espaço como foi pensado e idealizado quando foi construído, mas sim propor política e planejamento para como ele está sendo utilizado no momento.

O último aspecto de Farias (2012) é *os limites e potencialidades de usos e ocupação do solo para grupos LGBTs*. Como demonstrado anteriormente, diferente das sociedades anglo-europeias, o Brasil não possui guetos ou bairros gays. Portanto, poderia planejar um bairro gay para Florianópolis, como os já aplicados ZEIS “zonas especiais de interesse social”, áreas demarcadas no território de uma cidade para assentamento habitacional de população de baixa renda, uma “Zona especial de interesse gay”?

O mais conhecido bairro gay, Castro, em São Francisco, dito o primeiro bairro LGBT+ do mundo, ocorreu por meio de um reagrupamento comunitário, a população aos poucos foi se instalando naquele local, desenvolvendo a região em oferta de serviços especializados, diminuindo a discriminação ou violência.

Todavia, segundo Farias (2012), essas práticas de guetos LGBT+, muitas vezes, vêm acompanhadas com um processo de *gentrificação*, implicando especificamente aos gays, a *gaytrificação*, pois os comércios e serviços evoluíram para novas práticas de consumo associadas ao público LGBT+, especialmente gay.

Por consequência, essa prática de guetos ou bairros LGBT+ vem acompanhada de uma forma de segregação e de auto-exclusão. Esse desenvolvimento do consumo especializado vem acompanhando a procura desse comércio e serviço, logo com residências privilegiadas e ocupação de pessoas com posição social de classe média e alta, dessa forma expulsando a população de baixa renda dessa localização. Como consequência, além de excluir a população de baixa renda da sociabilização, provoca um espaço homogêneo novamente, mas em vez de heteronormativo, homossexual.

O que Farias propõe pode resultar em um espaço diferencial para a diversidade sexual, mas há muita caminhada ainda a ser percorrida para chegar neste resultado descrito. Dessa forma, como se pode pensar em ações públicas que podem auxiliar a população atualmente? Os casos de homofobia ainda são rotineiros na cidade como demonstrado.

A homofobia pode iniciar no processo familiar, principalmente a questão da revelação, observa-se desde cedo a repressão e violência em decorrência da perspectiva heteronormativa e homofóbica. Esse conflito acaba por representar a causa dos afastamentos dos indivíduos LGBT+ das instituições e espaços públicos, ocasionando situações de rua para lésbicas, gays e população T (pessoas transgêneras, travestis, transexuais) (SILVA; ARAUJO; COSTA, 2019).

Outro local que pode iniciar esse processo de estigmatização nos primeiros anos de vida, no local em que aprendemos a fazer relações, é a escola. A falta de debate democrático sobre diversidade ainda se perpetua nas escolas brasileiras, perpetuando, nos primeiros anos de vida, nos primeiros locais públicos em que frequentam, fora de casa, a estigmatização, o preconceito, o que causa sofrimentos psíquicos, ocasionando altos índices de ansiedade e depressão entre os jovens<sup>18</sup>.

O relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais retrata que 72,6% dos estudantes LGBT já foram verbalmente agredidos/as por causa de sua orientação sexual, 68% foram agredidos verbalmente na instituição de educação por causa da sua identidade de gênero (SILVA, et. al., 2019).

No Brasil, o debate de gênero e sexualidade na escola ainda são escassos, deveria existir um projeto de ensino em toda rede escolar para preparar a comunidade sobre o assunto.

A escola é o local em que a criança ou jovem se depara com o conhecimento científico, e essa relação entre educadores-educandos e conteúdos contribui fortemente na formação do sujeito, desse modo, no processo de identificação do sujeito. No entanto, a questão da sexualidade e gênero normalmente encontra-se num debate muito mais biológico, sobre partes do corpo ou como ocorre a gravidez do que propriamente a sexualidade e gênero como práticas sociais. Isso porque a escola entende o processo de identidade de gênero como modelo único e “padrão” o heterossexual, mantendo o equilíbrio do processo de identificação sexual, incentivando a sexualidade “normal” e tentando conter esse processo da descoberta. Como demonstra Louro (2000, p.20), para a escola

Um homem ou uma mulher ‘de verdade’ deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para vida adulta. É preciso manter a “inocência” e a “pureza” das crianças (e se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais.

Sendo assim, as lembranças que possuímos sobre sexualidade e gênero na escola constantemente não são relacionadas a conteúdos curriculares, programáticos, mas sim às relações pessoais da comunidade escolar nas situações do cotidiano, entre os próprios alunos, alunas, professores, pais e/ou responsáveis.

Sugere-se trazer esse debate sobre sexualidade e gênero para o currículo escolar, não só na questão biológica, mas nas relações sociais, sexuais e de gênero. Esse debate precisa ser envolvido com toda comunidade escolar, alunas e alunos, professores, pais e trabalhadores da escola.

O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, desenvolvido por entidades civis e governamentais, já estabelece ações em relação a saúde, ensino, segurança, assistência social. Portanto, incentiva-se a implementação do plano para cidade.

Essa pesquisa traz como arcabouço teórico é realizar espaços de proteção e sociabilização para LGBT+ e outras pessoas. A partir de territórios LGBTs+, percebe-se que muitos locais de sociabilidade são locais privados, que excluem toda uma população com poucos ou sem recursos para vivenciar esses espaços.

Conseqüentemente, sugere-se incentivar espaços de sociabilidade LGBT+ na cidade que não sejam privados. Como promover espaços para associações e ONGs, que sejam locais seguros para acolhimento e integração tanto de nativos, quanto de migrantes. Locais de segurança em que seja possível tecer uma rede social, que ajude a todo processo de migração e de identificação.

Atualmente, em Florianópolis, a única ação de apoio a essa população é o “ambulatório trans” que fica na policlínica do centro da cidade. Os atendimentos ocorrem nas quartas e quintas-feira durante a tarde<sup>19</sup>, com profissionais preparados para acolher a população trans. Os médicos e outros profissionais de saúde acompanham as necessidades dessa população e auxiliam nos processos de hormonização.

Existem outros exemplos no Brasil de políticas públicas já consolidadas de instituições de apoio LGBT+ além de ambulatório, como os Centros de Referência LGBT+. Estes centros foram implementados principalmente após o programa Federal “Brasil sem homofobia” (2004),

Centros funcionam como órgãos capazes de oferecer serviços e atendimentos de ordem jurídica, psicológica e socioassistencial orientando, encaminhando e acompanhando usuários e usuárias vítimas de discriminação LGBTfóbica para outros equipamentos estatais responsáveis pelo atendimento ao público, como delegacias, defensorias, conselhos tutelares, hospitais ou secretarias de Assistência Social, a depender da necessidade de cada usuário/a (FEITOSA, 2019, p. 93-94).

Portanto, já existem práticas bem-sucedidas em outros estados, que podem servir de exemplo para implementação de um espaço de acolhimento e proteção desses LGBT+. Feitosa (2019), analisa o Centro Estadual de Combate a Homofobia de Pernambuco, não pretendo trazer todos os serviços realizados pelo centro, mas o autor destaca

Oferta de atendimentos jurídicos, psicológicos e socioassistenciais. Nas áreas do Direito e da Psicologia, o Centro faz “mutirões” de retificação de nome civil de pessoas travestis e transexuais, elaborando peças jurídicas e pareceres psicológicos. Já a área do Serviço Social é a responsável pelo recebimento, encaminhamento e acompanhamento das denúncias do Disque 100, serviço de denúncias do governo federal. Além disso, o assistente social também desenvolve ações com a população LGBT em situação de rua e em privação de liberdade.

A oferta de formações é outro serviço que ganha destaque na agenda institucional do Centro: são promovidas capacitações, cursos, rodas de diálogo, oficinas, seminários, jornadas, peças teatrais, campanhas, intervenções em empresas que violaram direitos de empregados/as LGBT, notas técnicas orientadoras, dentre outros formatos educativos, que trabalham diversidade sexual e de gênero na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. Nesse sentido, a educação não formal e a ideia de um papel pedagógico são elementos caros à atuação do CECH, apesar de não contarem com a presença de pedagogos em sua equipe (FEITOSA, 2019, p. 104-105).

Nesse sentido, indica-se a implantação de um Centro de Referência LGBT+ na cidade de Florianópolis. Mas, como demonstrado, não em um local distante dos pedaços LGBT+, mas sim que fique relacionado ao território a LGBT+, pois é o local em que a população se sente acolhida e protegida pertencente à cidade.

Esse centro pode se tornar um local em que o processo de identificação ocorra com mais facilidade, em que, além de ajudar com procedimentos em relação à sexualidade, pode auxiliar na integração na cidade.

Contudo, além da questão de gênero e sexualidade, a identificação possui outras faces, como classe, etnia, raça, local de moradia, idade. Dessa forma, propõe-se não só promover espaços para sociabilização para LGBT+, mas todas as

faces das identificações do sujeito, pois, como exposto que por meio das relações sociais, da convivência em espaços de segurança acolhedores com outros iguais, proporciona-se a “saída do armário”, e aqui não me refiro ao “armário” da sexualidade e gênero, mas o “armário” em que escondemos e privamos nossa identificação, aquilo que nós somos, pois ninguém deve ter medo de performar e expressar aquilo que há possibilidade de ser.

## 6. CONCLUSÕES

Conclui-se que os migrantes LGBTQ+ da cidade de Florianópolis, migram por um estilo de vida, onde imaginam uma cidade LGBTQfriendly, cidade essa criada por meio das representações feitas pelas grandes mídias.

Por outro lado, quanto mais a população LGBTQ+ cresce na cidade mais empoderamento e força os movimentos sociais terão, tanto em relação a quantidade de participantes quanto novas reflexões e debates proporcionados por esta união. Além de também o aumento de territórios que esta população ocupa por meio da performance, transformam em territórios LGBTQfriendly, assim tornando-os locais de defesa para essa população, que possam vivenciar toda sua performatividade de gênero e sexualidade sem que sejam, estigmatizados. Criando redes de amizade e apoio, no território constituindo uma territorialidade entre os sujeitos.

Pressupõem-se então, que por meio destes territórios, frequentados também por pessoas que não se identificam LGBTQ+. Fazem sujeitos não LGBTQ+ se sentirem confortáveis a vivenciar aquele espaço e socializar com outras identidades das quais não estavam acostumados a conviver, criando uma imagem positiva dos LGBTQ+.

Por meio desse convívio com outras identidades, coloca-se sua identidade em questão, criticando a heteronormatividade e outras condutas consideradas padrões pressupostos na sociedade. Portanto, por meio das redes sociais, espaços e representações que possui dentro do município, neste caso em Florianópolis, consegue-se (re)construir uma identidade e se o sujeito tiver pré-disposição, terá uma força e apoio de se assumir como LGBTQ+.

Posto isto, é importante haver novos territórios e fortalecer os territórios já existentes, de sociabilização para estes migrantes, principalmente LGBTQ+, que chegam sem uma rede social migratória, para estes se sentirem acolhidos, auxiliados, amparados não só para questões econômicas e sociais, como casa, trabalho, alimentação, mas também amparados em relação a sua identidade. Pois, por meio da migração o sujeito além de atravessar fronteiras geográficas, atravessa também fronteiras simbólicas e de identidades.

Portanto, planejar a cidade para diversidade sexual e de gênero, é proporcionar uma democratização dos espaços, possibilitar que existam espaços para todas as etnias, nacionalidades, classes, sexos. Promovendo espaços para diferença e sociabilização, possibilitando as pessoas poderem vivenciar a cidade com a devida liberdade de expressão para serem que são, sem a necessidade de existir o “armário” que limitam, suas vidas.

## 7. Bibliografia

ALVES, Pedro Assumpção; BAENINGER, Rosana Aparecida. Região Metropolitana de Florianópolis: migração e dinâmica da expansão urbana. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Abep. **Trabalho apresentado**. Caxambú-Mg. 2008. p. 1-21. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3389/3248>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ANDRADE, Vitor Lopes. **Refúgio por motivos de orientação sexual: um estudo antropológico na cidade de São Paulo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2019. 202p

BASTOS, Camila Diniz; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em belo horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 251, 27 abr. 2017. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p251>.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BROWN, Michael P.. **Closest space: geographies of metaphor from the body to the globe**. London: Routledge, 2000. 170 p.

FARIAS, José Almir. Prática Urbanística e Diversidade Sexual: Pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade? **Advir**, Rio de Janeiro, p.100-113, jul. 2012.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o centro estadual de combate à homofobia de pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 32, p. 90-118, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

FOUCAULT, Michel. **POWER/KNOWLEDGE: selected interviews and other writings 1972-1977**. New York: Pantheon, 1980. Ed by COLIN GORDON.

HALPERIN, David. **Saint Foucault**. New York: Oxford University Press, 1995.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, ed. 12, 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

LANZARINI, Ricardo, A viagem Liberadora: Para além das fronteiras da Sexualidade. **Rosa dos Ventos**, 5(4), p. 548 – 558, out-dez, 2013

LAZARINI, Ricardo; RIAL, Carmem. Turismo Gay na ilha de santa catarina: homossociabilidades e perspectivas. **Fazendo Genero 9**, Florianopolis, p. 1-10, ago. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MENESES, Inês, Intimidade norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa, In **Analise Social**, Lisboa: imprensa das Ciências Sociais, vol. 34, n. 153, p.933-955, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Christopher Smith Bignardi; BRAMBATTI, Luiz Ernesto. LGBT Tourist Behavior Regarding Leisure Travel Consumption. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 832-846, 14 out. 2019. Universidade Caixias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i4p832>.

PARKER, Richard Guy. **Abaixo do equador**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. A capital gay do brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis -sc através das paginas jornalísticas (1999 - 2006). **Santa Catarina em História**, Florianopolis, v. 8, n. 2, p. 1-21, set. 2014.

ROBINS, D. (2022). A Migração do Sul Global para o Norte Global por estilo de vida: individualismo, classe social e liberdade em uma cidade de 'superdiversidade'. **TRAVESSIA - Revista Do Migrante**, (93). Recuperado de <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1044>

SEDGWICK, Eve Kosofky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19- 54, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In CASTRO, Iná et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, Luciano Nascimento et al.. **Práticas urbanísticas e o exercício da cidadania pelos indivíduos lgbt+ nos espaços públicos**. E-book IV CONIDIH / 2ª Edição 2019... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 672-687. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/65105>. Acesso em: 30/06/2022

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. "Metronormatividades" nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no brasil. **àskesis**, São Carlos, v. 4, n. 1, p.23-25, jan. 2015. Semestral. Disponível em: [http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/8/pdf\\_2](http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/8/pdf_2). Acesso em: 04 mar. 2019.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta:: sobre ser negro e gay no brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, jun. 2018. Disponível em: [file:///Users/lucasm.dasilveira/Downloads/5176-Texto%20do%20artigo-13906-1-10-20180716%20\(1\).pdf](file:///Users/lucasm.dasilveira/Downloads/5176-Texto%20do%20artigo-13906-1-10-20180716%20(1).pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

VIEIRA, Paulo Jorge. Mobilidades, migrações e orientações sexuais: percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. **Ex aequo**, n. 24, p. 45-59, 2011a.

VIEIRA. Paulo Jorge, Cidades torcidas uma abordagem conceitual sobre (homo)sexualidades e espaço urbano, **trabalho apresentado em XII simpósio**

**nacional de geografia urbana ciência e utopia: por uma geografia do possível,** Belo Horizonte, 2011b

VIEIRA, Paulo Jorge, “Do “bairro” e para além do “bairro” – Heterotopias e Constelações Lésbicas e Gays em Espaço Urbano” in Salvador, Regina; Firmino, Ana; Ponte, Cristina; Ferreira, Eduarda (org.), **Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades.** Lisboa: e-GEO, pp. 102-117. 2011c

VIEIRA, Paulo Jorge. Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaços Urbanos, **Revista Lanino- americana de Geografia e gênero,** Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 5 – 13, jan/jun. 2010

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental/ Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Interação entre ser humano mediatizada pelo espaço, o conceito de território e territorialidade será definido em sequência do texto.

<sup>3</sup> Para Hall a representação é a escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização por meio da arte ou dos sistemas de telecomunicação. Assim, para presente artigo, caracterizará a importância que estas representações possuem para construção do imaginário do local que direcionará a influência à migração.

<sup>4</sup> Pessoas com 5 anos ou mais que não residiam no município em 31/07/2005.

<sup>5</sup> **Cinco capitais no Brasil com atrações para o público LGBT.** 2017. Disponível em: <https://www.camaralgbt.com.br/cinco-capitais-no-brasil-com-atracoes-para-o-publico-lgbt/>.

Acesso em: 26 abr. 2021.

LEICK, Rafael. **Prêmio Viaja Bi!: os melhores destinos LGBT+ friendly para 2020.** 2020. Disponível em:

<https://viajabi.com.br/melhores-destinos-lgbt-friendly-2020-premio-viaja-bi/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LEICK, Rafael. **De norte a sul: veja 8 destinos para turismo LGBT+ no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://magazine.trivago.com.br/turismo-lgbt-brasil/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GAY Cities. Disponível em: <https://www.gaycities.com/places>. Acesso em: 26 abr. 2021

<sup>6</sup> PNUD BRASIL. **Ranking IDHM Municípios 2010.** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>7</sup> **G1: Confira as vencedoras da 27ª edição do concurso Pop Gay em Florianópolis.** Florianópolis, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/carnaval/2020/noticia/2020/02/25/confira-asvencedoras-da-27a-edicao-do-concurso-pop-gay-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>8</sup> **G1: 9ª Parada da Diversidade reúne milhares de pessoas em Florianópolis.** Florianópolis, 06 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/09/9-parada-da-diversidade-reune-centenasde-pessoas-em-florianopolis.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>9</sup> **NSC TOTAL: Parada da Diversidade em Florianópolis tem até casamento.** Florianópolis, 08 set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/parada-da-diversidade-em-florianopolis-tem-ate-casamento>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>10</sup> FLORIANÓPOLIS. PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. **Florianópolis é destaque no site da revista Forbes: capital catarinense é considerada uma das cidades mais capacitadas para atender o segmento lgbt.** Capital catarinense é considerada uma das cidades mais capacitadas para atender o segmento LGBT. 2013. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?pagina=notpagina-i=9607>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>11</sup> MUNICIPAIS, Leis. **Legislação Municipal de Florianópolis/SC.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/florianopolis>. Acesso em: 01 nov. 2021.

<sup>12</sup> CMD-LGBT. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.** 2017. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_12\\_2017\\_13.36.38.0f9e3d4671cd2cf3fc7b310ac99da93c.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2017_13.36.38.0f9e3d4671cd2cf3fc7b310ac99da93c.pdf). Acesso em: 01 nov. 2021.

<sup>13</sup> G1, Casal gay relata ter sido espancado por homofobia na lagoa da conceição em Florianópolis, disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/casal-gay-relata-ter>

---

[sido-espancado-por-homofobia-na-lagoa-da-conceicao-em-florianopolis.ghtml](#), acesso dia 1 de mar. de 2019.

<sup>14</sup> RUIZ, Jéssica. **A libertação sexual de mulheres que amam mulheres**: um ensaio sobre direito feminino. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO (São Paulo). **Direito à Cidade**: vivência e olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual. São Paulo: IBDU, 2017. p. 25-33.

COLETIVO LUANA BARBOSA. **Direito à cidade na perspectiva das mulheres lésbicas**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO (São Paulo). **Direito à Cidade**: vivência e olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual. São Paulo: IBDU, 2017. p. 100-104.

ROLNIK, Raquel. **As mulheres também têm direito à cidade?** 2016. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>.

Acesso em: 08 fev. 2022.

<sup>15</sup> Para Hall a representação é a escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização por meio da arte ou dos sistemas de telecomunicação. Assim, para presente artigo, caracterizará a importância que estas representações possuem para construção do imaginário do local que direcionará a influência à migração.

<sup>16</sup> Espaço diferencial, um espaço da possibilidade do diferente, do que não está previsto. Um espaço de geração de conhecimento coletivo, de práticas sociais que permitem o previsível e o imprevisível (TAVARES, 2019, p. 89)

<sup>17</sup> G1, Casal gay relata ter sido espancado por homofobia na lagoa da conceição em Florianópolis, disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/casal-gay-relata-ter-sido-espancado-por-homofobia-na-lagoa-da-conceicao-em-florianopolis.ghtml>>, acesso dia 1 de mar. de 2019.

<sup>18</sup> “Estima-se que a taxa de tentativas suicidas entre os indivíduos LGBTQ é de 2 a 7 vezes maior do que o observado entre os heterossexuais” (SILVA; ARAUJO; COSTA, 2019, p.7).

<sup>19</sup> REDAÇÃO ND (Florianópolis). **Ambulatório trans agora atende a população no Centro de Florianópolis. Nd+**. Florianópolis, p. 1-1. 24 set. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/saude/ambulatorio-trans-agora-atende-a-populacao-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em: 01 nov. 2021.